
A CAMPANHA DA HIGIENE NA CIDADE DE CAMPO GRANDE: DÉCADAS DE 1960-70

THE CAMPAIGN OF HYGIENE IN THE CITY OF CAMPO GRANDE: DECADES OF 1960-70

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2017.2.23704>

Nataniél Dal Moro

Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de História Social da Cidade da PUC-SP,
Doutorado em História Social (PUC-SP) e pós-doutorado em História do Brasil (Universidade
Nova de Lisboa)
natanieldalmoro@bol.com.br

RESUMO: O propósito deste artigo é analisar a campanha da higiene na cidade de Campo Grande. Através de matérias publicadas no periódico *Correio do Estado*, impresso em circulação desde os anos 1950, tentaremos recuperar alguns aspectos do cotidiano desta urbe, dando ênfase às situações ocorridas entre as décadas de 1960-70, período de grande migração campo-cidade. Os textos veiculados no periódico não mostram propriamente a história da cidade de Campo Grande, e nem dos sujeitos que nela estavam, mas, sobretudo, a história da atuação deste meio de comunicação como agente político e ideológico, visto que representou determinados grupos e valores sociais, bem como agiu de diversos modos sobre a cidade e a população de Campo Grande. Além de um projeto que visava beneficiar a sociedade, a campanha da higiene pode ser tomada como um indicativo dos projetos e das ações realizadas por este impresso.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade de Campo Grande. Jornal impresso. Cotidiano.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to analyze the campaign of hygiene in the city of Campo Grande. Through articles published in the newspaper *Correio do Estado*, printed in circulation since the 1950s, will try to recover some everyday aspects of this city, with an emphasis on situations that have occurred between the decades of 1960-70, large rural-urban migration period. The texts served in the journal not properly show the history of the city of Campo Grande, and even the guys who were in it, but, above all, the history of the performance of this medium as a political and ideological agent, as represented certain groups and social values and acted in various ways over the city and the population of Campo Grande. In addition to a project that was intended to benefit society, the campaign of hygiene can be taken as indicative of the projects and actions carried out by this form.

KEYWORDS: City of Campo Grande. Printed journal. Quotidian.

Considerações iniciais

A reflexão a seguir constitui um excerto de nossa tese de doutoramento em História Social (MORO, 2012, p. 151-174).¹ À época, nosso objetivo central consistia em analisar a atuação de uma parte das elites dirigentes; demos especial atenção aos projetos e às ações empreendidas na cidade de Campo Grande, em particular nos anos 1960 e 1970. Procuramos recuperar também como este grupo concebeu a presença de populares que se faziam visíveis no centro da cidade, tais como: trabalhadores humildes, leiteiros, mendigos, prostitutas, andarilhos, migrantes empobrecidos, além de toda uma gama de outros integrantes do povo comum.

A história do povo comum como campo especial de estudo, por conseguinte, começa com a dos movimentos de massa do século XVIII. Suponho que Michelet tenha sido o primeiro grande estudioso da história feita pelo povo, constituindo a grande Revolução Francesa o próprio núcleo de seus estudos (HOBSBAWM, 1990, p. 20).

Segundo nos informam Frederick Krantz (1990, p. 10-11) e Eric Hobsbawm (1990, p. 18-33), George Rudé foi um dos pioneiros – para Hobsbawm ele foi “ilustre pioneiro” – no estudo do “homem comum” e/ou da “história da gente comum.”

A maioria das fontes primárias foi coletada em instituições sediadas na cidade de Campo Grande, urbe que no fim da década de 1970 foi elevada a condição de capital política do então recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul.² Destacamos alguns destes locais de coleta de fontes: Arquivo Histórico de Campo Grande, Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande e, sobretudo, Arquivo do Jornal Correio do Estado.

Neste artigo, temos como intenção analisar como o periódico Correio do Estado (CE) – jornal impresso com circulação ininterrupta desde a década de 1950 – elaborou e procurou

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil).

² Unidade Federativa criada por meio do desmembramento do Estado de Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso do Sul (MS), antigo sul de Mato Grosso, começou a existir com a Lei Complementar n° 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel. Esta Unidade Federativa é cortada no extremo sul pelo trópico de Capricórnio e está localizada na Região Centro-Oeste do Brasil. A extensão territorial é de quase 360.000 km². Faz fronteira internacional com as nações do Paraguai e da Bolívia. Limita-se ao norte com os Estados de Mato Grosso e de Goiás. Ao sul com o território do Paraguai. A leste com os Estados de Minas Gerais, de São Paulo e do Paraná. A oeste faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai. Os principais rios são: Paraguai, Paraná, Paranaíba, Miranda, Aquidauana, Taquari, Negro e Apa (Cf. MATO GROSSO DO SUL (Estado), 1979). “Como foi fruto de um ato da ditadura, portanto, não precedida de um processo de participação popular, veio acompanhada de alguns abusos, entre os quais, o próprio nome da nova unidade: *estado de Campo Grande!* Provavelmente, a gafe do governo federal fosse decorrente do desejo de agradar ao grupo campo-grandense engajado na Liga [Sul-Mato-Grossense], prestigiando a cidade” (BITTAR, 1999, p. 134).

efetivar uma campanha da higiene para a cidade de Campo Grande. As reflexões a seguir estão lastreadas, basicamente, em aportes teóricos da história do cotidiano, os quais intentam “pôr a nu a poesia do dia-a-dia, permitindo perceber a existência de processos históricos diferentes e simultâneos que compõem a trama histórica, bem como abrir um leque de possibilidades de focos de análise” (MATOS, 2002, p. 26). Cabe referir ainda que “os estudos do cotidiano reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável para detectar o movimento de constituição dos sujeitos históricos, analisando as transformações por que passaram e como construíram suas práticas cotidianas” (MATOS, 2002, p. 30).

Aspectos político-sociais de um jornal

De acordo com uma parte da produção historiográfica realizada nas últimas décadas, pode-se afirmar que é inegável a atuação política de alguns meios de comunicação na constituição histórica de certos territórios e espaços, sejam eles rurais ou urbanos (CRUZ, 2000; LUCA, 2010). O jornal, conforme nos mostra Sodré, tem a “capacidade de modificar a opinião, de criar e manter mitos ou de destruir esperanças e combater aspirações” (SODRÉ, 1999, p. 6). Na cidade de Campo Grande, esta prática pode ser visualizada por meio da análise de alguns impressos, em especial através das páginas de um: o jornal Correio do Estado (CE).³

Este impresso, por seu turno, não foi o único periódico campo-grandense a divulgar matérias que questionavam a atuação de outros poderes constituídos, contudo, este jornal, em específico, manteve ao longo de décadas uma postura bastante forte e destacada no sentido de cobrar providências dos poderes públicos e privados, e inclusive da sociedade em geral, para que a cidade de Campo Grande se tornasse, cada vez mais, um ambiente “civilizado, moderno e ordeiro”.

O CE foi criado no primeiro lustro da década de 1950. O intuito político residia em defender e eleger para governador do Estado de Mato Grosso o político Fernando Corrêa da Costa, da União Democrática Nacional (UDN), sendo este o seu fundador inicial, e que se contrapunha politicamente a Filinto Müller, do Partido Social Democrático (PSD). Os principais anunciantes eram as casas comerciais e os estabelecimentos bancários existentes na cidade (RODRIGUES, 1999, p. 101). Ainda segundo palavras de Rodrigues (1991, p. 15), nesta fase inicial, que teria vigorado nos anos 1950, o impresso era um “jornal de orientação política”. Isto é, servia aos interesses políticos da UDN e dos seus correligionários.

³ Doravante utilizaremos com mais frequência a sigla CE para designar o termo Correio do Estado.

A quantidade impressa de exemplares do jornal CE variou no decorrer do tempo. No início, anos 1950, a tiragem aproximada era de 800 exemplares em uma cidade que possuía em torno de 50 mil habitantes; sendo esta urbe, à época, a mais populosa do Estado de Mato Grosso. O CE era um periódico vespertino e contava, nesse período, com edições de 4 a 6 páginas. As edições pontuais – em geral lançadas em datas comemorativas, aludindo a fatos julgados relevantes, situações tidas como emblemáticas do passado, projetos do presente e conquistas do porvir – tinham um número maior de páginas. Em 1968 o CE passou a contar com edições de oito e até mais páginas.

Nos anos 1970 tornou-se um periódico matutino e o número de folhas aumentou, assim como as imagens fotográficas e as fotomontagens passaram a ser uma constante nas matérias internas e nas manchetes do jornal, dando novo impulso aos trabalhos de adjetivação, tanto apreciativa como depreciativa, que o CE empreendia ao qualificar o cotidiano da cidade e das pessoas que nela estavam ou que de alguma forma sobre ela interferiam, pois as imagens possuem considerável poder de amplificar a mensagem que se pretende transmitir à sociedade.

Em geral, as fotomontagens ilustravam como seria a cidade de Campo Grande no futuro. Com intuito propagandístico, projetava-se no presente uma noção de como deveria ser a urbe nos próximos 10 anos. Um exemplo desta prática está na edição do CE de 12 de dezembro de 1969. Entendemos que este trabalho tinha também o propósito de erigir positivas avaliações entre os possíveis visitantes, dentre os quais autoridades do poder público federal. Ademais, poderia atuar como chamariz à migração de pessoas abastadas, bem como sensibilizaria indivíduos, famílias, grupos e empresas diversas, fazendo com que estes investissem, de fato, na cidade e nas terras ao entorno de Campo Grande.

A instituição Correio do Estado contribuiu decisivamente na construção dos caminhos citadinos de Campo Grande e da região como um todo, tendo em vista que era distribuído a muitas das municipalidades do então sul de Mato Grosso. Embora no ano de 1954 o CE se configurasse como um “jornal de orientação política”, possuindo contribuição monetária proveniente dos integrantes da UDN, a circulação dava-se de forma “precária, mas normalmente” (RODRIGUES, 1990, p. 15).

Anos depois, segundo afirmou J. Barbosa Rodrigues⁴ em texto publicado em 1990, tal característica teria deixado de fazer parte do periódico. Especialmente

⁴ José Barbosa Rodrigues (1916-2003), ou simplesmente J. Barbosa Rodrigues, era natural do Estado de Minas Gerais. Chegou ao Município de Campo Grande na década de 1940, onde atuou como inspetor escolar e professor. Trabalhou também em um jornal desta urbe – *Jornal do Comércio*, fundado em 1921 –, inicialmente realizando afazeres de faxineiro. Nos anos 1950, adquiriu cotas referentes à Empresa Correio do Estado. Depois, tornou-se o principal proprietário deste jornal que, nas suas palavras, “conseguiu manter-se ao longo de todas as tempestades,

[...] a partir da década dos anos sessenta, a orientação política do órgão foi deixada de lado, tornando-se Correio do Estado um jornal independente e administrado empresarialmente. Durante sua existência, apoiando desinteressadamente candidatos a cargos eletivos, participou de eleições de Fernando Corrêa da Costa (duas vezes governador e senador), Marcílio de Oliveira Lima, Wilson Barbosa Martins, Plínio Barbosa Martins; Levy Dias a prefeito de Campo Grande. A Wilson Barbosa Martins deu apoio integral para a sua eleição a governador. Dentre as grandes campanhas que incentivou e apoiou destacam-se: construção da usina do Mimoso (que resolveu o problema de energia elétrica de Campo Grande), a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Cuiabá-Campo Grande-Porto XV de Novembro (no rio Paraná), Divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul, etc. (RODRIGUES, 1990, p. 15-16).

A atuação do CE não se restringiu ao campo das letras, dos anúncios e da mera transmissão de relatos aos seus leitores. Pensamos que este periódico foi ativo na luta pela defesa dos seus projetos, fato reconhecido pelo próprio J. Barbosa Rodrigues. Nos anos 1960-70, o CE valia-se do slogan *Diário Vespertino de Maior Circulação em Mato Grosso*, assim como da chamada “*Correio do Estado*” *O Mais Procurado. Venda seu produto anunciando neste jornal*. As mensagens de fomento à industrialização também foram veiculadas: *Indústria é progresso* e *Campo Grande precisa de indústria*. Encontram-se nas páginas deste impresso também muitas discussões, debates, reflexões e polêmicas sobre a cidade a ser erigida, os “problemas” que a consumiam e as soluções que precisavam ser tomadas.

A imprensa em pauta ajudou a constituir visões de mundo sobre a vida urbana, uma vez que definiu projetos, empreendeu formas de luta, colocou sujeitos em diálogo, além de promover a ocupação e/ou o abandono de espaços públicos e privados. Portanto, deve-se conceber “a imprensa como prática social” e, também, como “momento da constituição/instituição dos modos de viver e pensar” da sociedade (CRUZ, 2000, p. 20).

Assim, nossas perguntas iniciais e centrais são relativas à como determinada publicação se constitui como força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 262).

Por vezes, o CE veiculou conteúdos e análises nos quais podemos evidenciar a existência de uma cidade “ordeira” e “civilizada”, “próspera” e “moderna”. No outro ponto,

graças aos grandes anunciantes” (RODRIGUES, 1999, p. 103). Ao que tudo indica, estes “grandes anunciantes” seriam o poder público e os comerciantes locais. Redigiu e publicou, dentre livros e livretos, 10 (dez) obras, a maioria versando sobre a temática “história regional”, com particular ênfase para os assuntos da cultura e da história da localidade de Campo Grande. Outros detalhes a respeito de J. Barbosa Rodrigues e deste impresso, o CE, podem ser obtidos em Rodrigues (1999, p. 94-107).

temos também várias matérias e reflexões que nos mostram “uma realidade vexatória”, indício patente de demérito, pobreza e incivilidade. É especificamente esta “cidade da desordem, do atraso e da falta de higiene” que consta em inúmeros registros impressos, às vezes até narrada como um “problema” a ser resolvido sem tardança, que procuraremos recuperar nas próximas linhas deste artigo. Em conjunto, e à luz dos escritos de Antonio Gramsci (1975), daremos ênfase também às ações do Correio do Estado, aqui pensadas como constitutivas de um partido ideológico.

Campo Grande: êxodo rural e migrantes na cidade

O período de 1950 a 1980 é emblemático para se pensar o deslocamento populacional no Brasil contemporâneo (BERQUÓ, 2001, p. 14-37). Nessa época, em torno de 500 mil migrantes chegaram ao sul de Mato Grosso, território que hoje forma o Estado de Mato Grosso do Sul. Devemos frisar que 1/3 desses indivíduos rumaram para a municipalidade de Campo Grande. A maior parte dos indivíduos, parte dos quais expulsos pela política de concentração fundiária brasileira, foi “acolhida” na área urbana de forma precária, conforme tão vivamente nos mostram os textos de Maria Madalena Xavier (1981) e de Mariluce Bittar (1999).⁵

Pesquisas realizadas à época indicam que esse significativo aumento populacional só foi possível porque inúmeros indivíduos deixaram de ter trabalho no campo (XAVIER, 1981). A mais rápida e, para muitos, a única saída que restou consistia em migrar, fenômeno também conhecido como êxodo rural. Milhares de pessoas, de fato, tentaram recomeçar as suas vidas na cidade. Vejamos alguns números e análises. Focalizando a realidade de Campo Grande, a tabela 1, na sequência, demonstra as alterações no contingente populacional desta municipalidade no período de 1940 a 1980.

Tabela 1. População rural e urbana de Campo Grande: 1940-1980

População	Década de 1940	Década de 1950	Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980
Rural	25.150 (50,7%)	23.779 (41,7%)	9.315 (12,5%)	9.123 (6,5%)	8.124 (2,8%)

⁵ Na Biblioteca Central da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande (MS), estão disponíveis ao público inúmeros trabalhos de estágio realizados no curso de bacharelado – pioneiro no Estado – em Serviço Social. Os materiais produzidos entre décadas de 1970-80, grande parte derivados de pesquisas de campo, são particularmente valiosos na medida em que nos mostram o contorno social desses anos, as aspirações dos migrantes empobrecidos, os avanços e as limitações das políticas públicas, as ações pontuais e os projetos vencidos, o trabalho desumano, a luta pela vida, a fome, o frio e a miséria. As situações de crianças e de adolescentes frente a uma cidade em desenfreado *boom* demográfico, a favelização dos atos de morar e de residir, o rosto menos numérico e mais humano, se bem que ainda assim desesperador, do êxodo rural-urbano de um Brasil se que queria *Potência Mundial*, bem como as demandas sociais, as agruras múltiplas do ser humano, dentre outros assuntos, sempre relevantes ao estudo daqueles que se interessam pelo social e pela sociedade.

Urbana	24.479 (49,3%)	33.254 (58,3%)	64.934 (87,5%)	131.110 (93,5%)	283.653 (97,2%)
Total	49.629 (100%)	57.033 (100%)	74.249 (100%)	140.233 (100%)	291.777 (100%)
Crescimento percentual em relação à década anterior		15%	30%	89%	108%

Fontes: FIBGE; SDDI/MS, 2003, p. 5.

Conforme exposto na tabela 1, vemos que a população na zona rural decresceu: dos 25 mil passou a menos de 9 mil residentes; já a população urbana teve um aumento percentual expressivo: nos anos 1940 eram menos de 25 mil pessoas e, em 1980, este número ultrapassou os 280 mil. Os dados da tabela 2 focalizam, numérica e percentualmente, o aumento da população natural e da população migrante no Município de Campo Grande.

Tabela 2. População natural e migrante em Campo Grande: 1960-1980

População	Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980
Natural	43.267 (58,3%)	81.712 (58,3%)	120.831 (41,4%)
Migrante	30.982 (41,7%)	58.521 (41,7%)	170.946 (58,6%)
Total	74.249 (100%)	140.233 (100%)	291.777 (100%)
Crescimento percentual em relação à década anterior		89%	108%

Fontes: CAMPO GRANDE (Município), 1988, s/p.; FIBGE; SDDI/MS, 2003, p. 5.

Outra vez podemos observar que o crescimento demográfico, em Campo Grande, foi expressivo, se bem que agora o foco recai sobre as décadas de 1960 e de 1970. A população natural quase triplicou, passando de pouco mais de 43.000 mil pessoas em 1960 para mais de 120.000 mil em 1980. Quanto aos migrantes, estes passaram de quase 31 mil em 1960 para mais de 170 mil em 1980. Sem desconsiderar a questão social, e muito menos perder a dimensão humana deste processo que assolou a cidade de Campo Grande, na verdade os indivíduos acometidos por essa realidade, Mariluce Bittar (1999) resume o movimento em poucas palavras. Em grande parte, devido à concentração fundiária ocorrida no

[...] final dos anos 70 e início dos anos 80, a *Capital Morena* assistiu ao “boom” do surgimento das favelas, formadas basicamente de pessoas expulsas da terra [...]. Sem emprego e sem moradia, a população, oriunda das fazendas do próprio Estado de Mato Grosso do Sul, erguia barracos precários e passava a viver em condições subumanas (BITTAR, 1999, p. 244).

Pensamos ter exposto, ao menos em linhas gerais, o quadro populacional (tanto em números absolutos e quanto em percentuais) da região e da cidade de Campo Grande. O centro da cidade não ficou imune a este processo. Foi neste território que muitas pessoas comuns passaram a ficar: viviam, trabalhavam, dormiam ao relento, furtavam, roubavam, perambulavam, esmolavam, bem como exerciam inúmeras outras formas e modos de atuação e de existência. Em razão do grande fluxo de pessoas – tenhamos em mente que em quatro décadas a população urbana teve aumento de mais de 1.000 (mil) por cento: os 24.479 mil indivíduos dos anos 1940 tornaram-se 283.653 em 1980 –, a própria cidade de Campo Grande se transformou. E é especificamente sobre essa realidade, em particular a existente no centro urbano e comercial da urbe, que o CE também procurou atuar.

Com o intuito de concretizar este objetivo, o periódico CE empreendeu uma campanha sistemática – a chamada campanha da higiene. Passou-se a divulgar na imprensa os estabelecimentos, os pontos de referência e até as características dos indivíduos que comercializavam os alimentos impróprios ao consumo humano; fotografias e charges também foram veiculadas. A mensagem que se queria passar à sociedade e que justificou a deflagração da campanha da higiene pode ser resumida nas seguintes palavras: dizia-se que estas pessoas – comerciantes e trabalhadores, parte dos quais em desacordo com a lei –, estavam, aos poucos, envenenando a população, visto a péssima qualidade dos produtos posto à venda (CE, 21/11/1966, p. 1).

Uma cidade menos suja: fragmentos da campanha da higiene nas páginas de um jornal

A campanha da higiene tinha o intuito de tornar a cidade mais limpa, em especial os alimentos comprados pela população de Campo Grande, pois embora existissem resoluções, decretos-lei e leis de longa data, a efetivação destas não ocorria a contento, segundo avaliação do impresso CE, sobremaneira pelo fato de não haver fiscalização por parte dos órgãos públicos responsáveis.

Este jornal, mesmo sendo um veículo de divulgação de chamadas do poder público local e municipalidades do interior, tais como anúncios, editais, inclusive do Exército brasileiro, portarias, chamadas e notas públicas, balanços administrativos, informes diversos, comunicados oficiais, etc., ainda assim veiculava textos de teor nitidamente crítico e contestatório. O trabalho também visou combater todo e qualquer tipo de atraso, sobretudo os de ordem material e moral, incentivando e lutando assim por uma ampla modernização na cidade, geralmente via força das leis, dos decretos e, não menos, através de exemplos tidos

como notórios, uma espécie de cartilha contendo os “bons caminhos” a serem seguidos pela sociedade.

Ao denunciar a existência de uma cidade que precisava acabar, esta campanha externou, embora não fosse exatamente esse o intuito do impresso CE, uma outra realidade: a de que a cidade moderna, ordeira e modernizada, em vias de industrialização, que a elite buscava construir e que dizia já fazer parte da realidade, sobretudo para embasar e erigir – dentre outras atividades – a luta em defesa da divisão do Estado de Mato Grosso e da elevação de Campo Grande à condição de capital política e administrativa, visto ser esta atividade muito mais um projeto de palavras do que uma concretude histórica e social.

Na prática, a tradição e os costumes locais, sejam eles sanitários ou alimentares, acabaram suplantando os valores civilizatórios que se tentava difundir na urbe. Foi o caso da política empreendida pela campanha da higiene. Cabe ressaltar que muitos desses valores já tinham sido instituídos há décadas, como é o caso do primeiro Código de Posturas Municipais, de 1905, e de suas reformulações, mas que não tiveram uma expressiva materialização na sociedade, visto que a própria edilidade não tinha meios eficazes para impô-los ao conjunto da sociedade.

Para tentar livrar a cidade desta situação, os poderes legalmente constituídos apareceram como essenciais. O impresso CE concebeu os órgãos públicos como solucionadores desse problema, cabendo a estes o trabalho de eliminar o que não era adequado à cidade. A força da lei transformaria a urbe, dando-lhe uma configuração moderna, ordeira e civilizada.

Segundo o CE, as autoridades públicas deveriam tomar “providências cabíveis” a respeito da falta de higiene que imperava em quase todos os estabelecimentos da urbe. Caberia ao poder constituído “zelar pela saúde da população”, exigindo “um pouco mais de higiene por parte dos hotéis, restaurantes, bares, padarias, leiterias e fábricas de produtos alimentícios da cidade de Campo Grande” (CE, 04/09/1963, p. 1; CE, 21/05/1966, p. 1; CE, 21/11/1966, p. 1).

A fim de cuidar desse trabalho, havia na urbe instituições municipais e estaduais, as quais foram denominadas largamente como postos de higiene ou postos de saúde pública. As atividades realizadas pelos fiscais de higiene ou fiscais sanitários eram fundamentais. Estes deviam “zelar pela saúde pública”, visando não expor a cidade e os indivíduos “aos perigos que tal falta de higiene” criava. Os fiscais tinham como ofício exigir que os estabelecimentos observassem e cumprissem os preceitos de higiene definidos na legislação municipal (CE, 21/05/1966, p. 1; CE, 22/11/1966, p. 1; CE, 21/05/1966, p. 1).

Na prática, isso não ocorreu a contento. O fato justificou a continuidade da campanha da higiene e uma cobrança verbal mais enfática por parte do CE às autoridades. Os poderes

constituídos foram acusados de irresponsáveis, de atuar com descaso, de não tomar conhecimento da campanha da higiene encetada pelo periódico em benefício da população, enfim, de não darem “a menor bola às reclamações”, já que se mostravam alheios aos problemas sanitários da cidade (CE, 21/05/1966, p. 1; CE, 22/11/1966, p. 1; CE, 28/11/1966, p. 1; CE, 31/12/1966, p. 6; CE, 28/06/1967, p. 6).

Em 1966, o CE publicou uma matéria afirmando que os apelos mencionados no impresso “foram até agora em vão.” Ao que tudo indica, os profissionais do poder público davam de ombros às chamadas veiculadas no periódico. Tanto isto procede que vemos a seguinte afirmação: “Apesar dessa inércia das autoridades sanitárias, do Estado e do Município,” afirmou o periódico, “prosseguiremos com os nossos apelos, certos de que um dia seremos ouvidos” (CE, 21/11/1966, p. 1).

Instituições e indivíduos parceiros da campanha da higiene

Os apelos, por sua vez, não se restringiram apenas e tão somente ao ato de falar, escrever e cobrar providências de forma mais enfática através das páginas do jornal. Os apelos eram bem mais do que isso. Eram literalmente ações. Nas elucidativas palavras de Sandra Pesavento (2001, p. 33), os “jornais, como veículos de formação de opinião pública, contribuem para a construção de imagens muito fortes, carregadas de adjetivos, cores e artifícios de retórica que ajudam a *dar a ver* ao mundo de uma determinada forma.”

Ao julgar que os seus apelos não eram atendidos a contento, o impresso passou então a atuar de outro modo. Tendo certeza do quadro calamitoso que grassava a cidade, o periódico CE considerou que “uma providência imediata” deveria ser posta em ação (CE, 21/05/1966, p. 1). Urgia que “medidas drásticas em favor da saúde da população e de nossos foros de civilidade” fossem realizadas (CE, 21/10/1966, p. 1). Foi então que o impresso convocou, em maio de 1966, “todas as pessoas de bem da cidade” para que atuassem em prol da campanha da higiene (CE, 21/05/1966, p. 1). As “pessoas de bem” eram, nesse caso, os integrantes de algumas instituições de classe da cidade, tais como advogados, comerciantes, engenheiros, industriais, médicos, professores, dentre outros profissionais. Uma entidade em específico foi solicitada várias vezes no sentido de colaborar com a campanha da higiene: era a Associação Médica de Campo Grande (AMCG), fundada no dia 23 de fevereiro de 1954.

Em meados da década de 1960, o periódico fez um “especial apelo” à instituição para que os seus integrantes materializassem “mais uma demonstração de seu interesse em cooperar com o bem estar da população campo-grandense.” Para tanto, o jornal CE orientou os médicos

para que pressionassem as esferas de poder – municipal e estadual –, pois estes órgãos públicos deveriam dinamizar os atendimentos prestados nos postos de saúde.

Esses estabelecimentos não podiam se restringir a atender apenas os “mais necessitados”, oferecendo-lhes consultas médicas. Precisariam também combater “a proliferação de estabelecimentos comerciais [...] imundos e sujos como a maioria dos que” havia “na cidade.” Finalizando a matéria, o CE afirmou que tinha certeza de que a Associação Médica de Campo Grande não decepcionaria os solicitantes, “pois este apelo não” era “nosso simplesmente, mas das famílias campo-grandense” (CE, 21/05/1966, p. 1).

Em outra ocasião, o impresso externou que a AMCG vinha prestando “relevantes serviços à Cidade e ao Estado de Mato Grosso.” Essa postura demonstrava o “alto espírito de dedicação” da Associação “aos interesses de nossa gente.” A “nobre atitude” era “a de colocar-se à disposição das autoridades sanitárias para que em Campo Grande” fossem “adotados princípios de higiene para o bem da população e preservação da saúde pública” (CE, 29/11/1966, p. 1). Ao analisarmos as narrativas contidas nas matérias, vê-se que a AMCG foi uma das instituições cidadinas que mais se empenhou na materialização dos objetivos da campanha da higiene. Inclusive, as ações, sobretudo quando materializadas, apareceram com notável destaque nas páginas do periódico.

Ofício endereçado ao jornal no dia 28 de novembro de 1966 pelo médico João Pereira da Rosa, então presidente da referida associação, aquilata parte dessa relação de forma muito apropriada. No documento, Rosa afirma que os membros da AMCG, depois de realizarem uma reunião, a qual contou com uma assembleia geral ordinária aos 25 de novembro de 1966, e tendo dialogado sobre a citação do nome da AMCG pelo impresso CE na matéria intitulada *Campo Grande, cidade sem higiene – apelo às autoridades sanitárias do Estado de Mato Grosso*, resolveram, com base no artigo 2º, parágrafo C do Estatuto da AMCG, “se colocar à disposição das autoridades sanitárias” para “contribuir na solução dos problemas médico-sociais, que interessam à população da cidade” (CE, 29/11/1966, p. 1).

Esta tomada de posição era “bastante honrosa para nós”, pois mostrava, conforme afirmou do CE, que a campanha da higiene tinha efetivo apoio da “nobre classe médica” e também da população, parcela social descrita como “apoio popular”. Portanto, mesmo os órgãos sanitários não empalmando a campanha que objetivava “dar a Campo Grande ambiente mais condigno, higienicamente falando, prosseguiremos nesta nossa” tarefa (Ibidem). Nesse caso, o jornal portou-se perfeitamente como uma instituição que possuía ou controlava uma linguagem autorizada (BOURDIEU, 1989, p. 113). Vemos neste fragmento que o periódico colocou-se como representante de alguns grupos da sociedade, instituindo a sua visão de mundo

como se esta fosse uma verdade universal, dando a entender também que a sua forma de pensar deveria ser aceita e prevalecer sobre outras culturas.

Os projetos materializados e as ações impostas ao restante da sociedade nos indicam que o CE não se restringiu a atuar apenas como veículo de informação. Segundo Antonio Gramsci (1975), os meios de comunicação nunca são simples agentes, uma vez que defendem os interesses dos grupos que os produzem. A esfera de ação do partido ideológico ultrapassa o limite partidário, pois este último limita-se ao âmbito da sociedade política, por meio da qual visa, sobretudo, a conquista e o exercício do poder, enquanto que o partido ideológico não se restringe a este universo. De acordo com Gramsci (1975, p. 1352-1353), o partido ideológico tem como local de ação a própria sociedade.

Outros propósitos da campanha da higiene

Nos anos 1970 ocorreu outro caso relevante, indicativo destacado da atuação do CE e das instituições classistas sobre o cotidiano cidadão de Campo Grande. Nessa época de intenso êxodo campo-cidade, havia considerável número de migrantes empobrecidos nas ruas da urbe campo-grandense – estimamos entre 250-300 indivíduos (MORO, 2007, p. 343) –, parte dos quais esmolavam nas principais vias públicas do centro da urbe. Diante desse outro “problema” – agora um “problema social” – que abarcava adultos e idosos, homens e mulheres, jovens e crianças de colo, e que não se resolvia no mínimo desde a década de 1960, a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG), fundada em 1926 (nessa época, anos 20, apenas *comercial*), passou a denunciar a presença desses migrantes – às vezes vistos como inadequados e até indesejáveis – diretamente às autoridades policiais.

Um dos aspectos da política da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande era o de empreender atividades que, de alguma forma, pudessem beneficiar e atender de forma mais enfática os anseios de seus associados, certamente alguns dos quais também anunciantes nas páginas do impresso Correio do Estado.⁶ Por sua vez, o próprio jornal CE – ele próprio uma

⁶ Ao atentarmos para a questão dos anunciantes e dos produtos e serviços oferecidos à sociedade local e regional, constatamos que o Correio do Estado publicava em suas páginas anúncios com diversos enfoques. Encontramos chamadas do poder público, associações, centros beneficentes, culturais, educacionais, filantrópicos e religiosos, clubes recreativos e de atividades esportivas, casas bancárias, financeiras, cooperativas, juntas comerciais e inúmeros outros estabelecimentos de viés nitidamente *comercial*. Listamos alguns: lojas de vestuário e sapatarias, brinquedos, livrarias, produtos destinados ao lar (visando em particular a comercialização de mobiliários, aparelhos radiofônicos, televisores, máquinas de costura e de digitação, geladeiras, ar condicionado, bem como outros eletroeletrônicos e eletrodomésticos, inclusive para escritórios). Constam ainda os anúncios destinados à divulgação de estabelecimentos alimentares, cafeterias, bares, hotelaria, farmacêuticos, compra e venda de imóveis (salas comerciais, lotes urbanos e rurais, chácaras, sítios e fazendas, além de casas e alguns apartamentos), comércio e revisão automotiva, revenda de implementos, máquinas agrícolas e outros produtos destinados ao campo, venda ao consumidor de gás de cozinha, transportadoras de mercadorias e transporte rodoviário de

empresa comercial – tinha sua principal sede no centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande, especificamente na via pública de maior fluxo comercial da urbe, a rua 14 de Julho, n. 1026, onde funcionava também a Livraria Correio do Estado. A referida Empresa, com sucursal em Cuiabá, contava ainda com instalações na rua 26 de Agosto, n. 555, onde estava instalada a Clichéria do Correio do Estado.

Em sua atuação, a ACICG veiculou diversos projetos. De modo mais amplo em algumas ocasiões e, às vezes, de forma menos exitosa em outras, o certo é que muitos anseios foram concretizados. Interessa-nos em especial uma interlocução posta em prática nos anos 1970. Conforme vemos no trabalho de Elisandra Padilha Rodrigues (1996, p. 22), a ACICG colocou em prática nessa época uma parceria firmada com a municipalidade de Campo Grande. A ação visava acabar com “a mendicância, ficando os comerciantes encarregados de avisar a Secretaria de Promoção Social sempre que soubessem da existência de um mendigo na área central da cidade”.

Os vendedores ambulantes também foram vigiados pelos comerciantes e, igualmente, denunciados. O CE, por sua vez, apoiou abertamente essa conduta da Associação Comercial e Industrial. Matérias eram publicadas nas páginas do periódico com o objetivo de orientar os comerciantes legalmente estabelecidos. Recomendava-se que estes denunciassem às autoridades policiais os casos de migrantes esmoladores e de trabalhadores ambulantes, em particular daqueles que ficavam próximos das casas comerciais legalmente estabelecidas (CE, 28/06/1967, p. 6).

O “problema social” deveria ser resolvido pelas autoridades policiais. A lei, nesse caso, foi utilizada em muitas ocasiões para solapar a cultura de vida e de trabalho de certos grupos na urbe, em geral dos mais empobrecidos ou contrários aos interesses da elite. E utilizando-se desse artifício alguns costumes rurais que eram praticados na zona urbana foram criminalizados e combatidos de forma mais branda em algumas oportunidades e de um jeito mais enérgico em outras situações (Cf. THOMPSON, 1998).

Na maioria das vezes o CE defendeu os modos civilizados de habitar a cidade, e combateu as práticas que se opunham a essa concepção de mundo. O moderno e o político-partidário raramente deixaram de ser a pauta norteadora do periódico que, mesmo tendo apoio de instituições classistas, continuou cobrando uma atuação mais enérgica das autoridades

passageiros. Os profissionais liberais, tais como advogados, dentistas, engenheiros, médicos e representantes comerciais e financeiros também divulgavam seus serviços e contatos nas páginas do Correio do Estado. Havia ainda uma coluna na qual eram ofertadas vagas e onde os trabalhadores poderiam expor os seus contatos, detalhando de forma breve as suas formações profissionais, aptidões e/ou experiências laborais.

públicas ligadas ao setor sanitário. Caberia às autoridades exigir o cumprimento efetivo do que determinava a legislação em vigor.

Em várias situações o periódico acusou as autoridades sanitárias de fazerem “vistas grossas a todo esse abuso”, deixando a população “exposta aos perigos que tal falta de higiene” criava. Existiam “dois postos de higiene ou de saúde pública, um estadual e o outro municipal, com médios, guardas, funcionários, etc.” na cidade. Mas nenhuma dessas instituições, segundo noticiou o CE, tomava “qualquer iniciativa no sentido de exigir” que os estabelecimentos observassem “os preceitos de higiene” que a legislação exigia “para o seu funcionamento.” Em contrapartida, o número de “tuberculosos” aumentava em Campo Grande, como os senhores médicos” podem “testemunhar” (CE, 21/05/1966, p. 1).

Em alguns momentos, as afirmações genéricas deixavam de integrar o conteúdo das matérias. O periódico, em março de 1967, foi mais específico e passou a mencionar os nomes das autoridades que permitiam que Campo Grande continuasse a ser “uma cidade sem higiene, onde os comezinhos princípios de ordem sanitária não” eram “observados, isso devido à incúria daqueles que deveriam por em prática a medicina preventiva” (CE, 16/03/1967, p. 2).

Diante dessa situação, o jornal considerou que era “justo que apelemos mais uma vez para os Srs. Governadores do Estado e do Município, para que dêem a Campo Grande um pouco mais de higiene.” A cidade tinha, “por todas as partes”, “leite “batizado” com água não tratada, bares sujos e mal-cheirosos, hotéis-pocilgas, padarias imundas, refrigerantes impuros, imundícias” que constituíam “ameaças à população sem que uma fiscalização seja feita pelos órgãos sanitários.” A análise do jornal sobre essa realidade foi bem enfática: “achamos que essa situação precisa ter um fim.”

Para tanto, bastava “que os ilustres senhores” da Secretaria Municipal de Saúde e da Unidade Sanitária do Setor Sul, os senhores Edgard Raupp Sperb e João Miguel Basmage, arregançassem “as mangas, pois até a respeitável Associação Médica de Campo Grande, em ofício divulgado por este diário,” colocou-se “à disposição dos órgãos sanitários para dar a Campo Grande mais higiene e mais saúde pública.” A matéria foi concluída com a seguinte frase: “Com a palavra os dois governadores acima mencionados” (Ibidem).

O poder público só externou uma resposta mais concreta para o questionamento do CE alguns meses depois dessa cobrança. Em julho de 1967, o periódico anunciou a futura criação de uma guarda sanitária na urbe. O fato foi considerado como uma “conquista de grande monta” para a higienização da cidade. Em específico, creditou-se essa “conquista de grande monta” ao trabalho feito pelos senhores Basmage e Sperb.

O objetivo principal da guarda sanitária, cujos fiscais estaduais e municipais trabalhavam em conjunto e foram descritos como pessoas que tinham “bons conhecimentos de higiene”, era exigir que os estabelecimentos que forneciam comidas e bebidas para os consumidores fizessem esse trabalho dentro de alguns padrões de higiene.

As autoridades Basmage e Sperb, por meio dos seus subordinados, entregaram nos estabelecimentos comerciais e industriais da cidade uma circular informando o conteúdo das normas sanitárias que deveriam ser seguidas a partir daquele momento. Externaram também que haveria fiscalização a fim de assegurar à população o direito de ser atendida apenas em locais que possuíssem uma “perfeita condição de HIGIENE” (CE, 13/07/1967, p. 5). Para ampliar a divulgação da circular, o referido conteúdo foi encaminhado aos jornais e às emissoras da cidade. O CE informou aos seus leitores o teor do documento, avisando-os sobre os trabalhos da guarda sanitária: “dentre em pouco” teriam início as visitas aos estabelecimentos e a guarda cobraria os proprietários para que estes efetivassem as normas.

As exigências mínimas consistiam em: a) asseio do ambiente de trabalho; b) esmero do pessoal que atenderia a clientela; c) esterilização de utensílios, em especialmente copos, talheres, pratos, xícaras, dentre outros; d) carteira de saúde do proprietário ou proprietários, dos funcionários, dos empregados e demais pessoas que trabalhavam no local. Se não as possuíssem, deveriam ser adquiridas na unidade sanitária localizada no número 550 da Avenida Pandiá Calógeras.

A guarda atuaria basicamente em duas frentes: fiscalização, aplicando multas e fechando estabelecimentos, e emissão de certificados para os estabelecimentos que estavam em conformidade com as normas sanitárias. Conforme noticiou o periódico, só seria “merecedor de diploma o estabelecimento comercial que” satisfizesse “todas as exigências” contidas na circular.

Finalizando esta matéria, o CE afirmou que estava, “portanto, deflagrada em Campo Grande a campanha da higiene há muito reclamada e aconselhada pelo CORREIO DO ESTADO.” Nesse sentido, era “justo, pois, que de nossa parte a GUARDA SANITÁRIA” passasse a ter “integral cobertura”, visando lograr “o melhor êxito na campanha da higiene ora iniciada na cidade” (Ibidem).

Passados alguns dias, o entusiasmo do periódico em ver a campanha da higiene efetivada foi minorado, pois a fiscalização não se mostrava mais tão atuante. Segundo o impresso, a campanha da higiene só teria êxito se houvesse na cidade uma “severa fiscalização” realizada por parte das autoridades. Isso, segundo o CE, não estava ocorrendo (CE, 28/06/1967, p. 6).

Narrativas da falta de higiene na cidade de Campo Grande

Em 1969, a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), um órgão de fiscalização federal, inspecionou alguns estabelecimentos comerciais da urbe e constatou que a situação sanitária não era condizente com as exigências requeridas pelo respectivo órgão. O periódico noticiou então que “diversos estabelecimentos de Campo Grande”, como açougues, bares e restaurantes, “foram advertidos ou autuados por falta de higiene no ambiente.”

A análise feita pelo jornal a respeito desse fato é oportuna ao passo que delimita apropriadamente uma parte dos valores culturais da pessoa ou do grupo de pessoas que compunham o CE. O trabalho dos fiscais da SUNAB, frente os estabelecimentos comerciais visitados, deveria ser pensado, conforme afirmou o CE, como uma punição ou uma advertência que também se aplicava ao trabalho das autoridades estaduais e municipais. “Indiretamente a punição ou advertência atingiu em cheio as autoridades sanitárias da cidade: o pessoal da Secretaria de Saúde do Município e da Unidade Sanitária do Estado” (CE, 19/05/1969, p. 2).

As críticas dirigidas às autoridades locais denotam a posição do CE. Isto é, que a campanha da higiene que o jornal desenvolvia há anos era correta no sentido de estar em conformidade com a legislação sanitária. Prova disso foi que a SUNAB, ao fazer o seu trabalho, aplicou advertências e punições aos comerciantes. O fato de um órgão federal fiscalizar os estabelecimentos comerciais da cidade, e neles achar os mesmos problemas já denunciados publicamente pelo CE, era uma prova incontestada de que algumas autoridades públicas, municipais e também estaduais, não atuavam em prol da população. Pelo contrário, pois eram coniventes com as práticas anti-higiênicas que existiam em muitos estabelecimentos citadinos.

Ademais, o CE também utilizou o fato para advertir as autoridades públicas do poder que a imprensa tinha, dando a entender que poderia interferir na sociedade local. Tenhamos em mente ainda uma generalidade dessa época: era o período de plena vigência da Ditadura Civil Militar no Brasil, com particular destaque para o Ato Institucional n. 5, legislação em vigor desde dezembro de 1968. De acordo com matéria publicada no CE, as autoridades estaduais e municipais “pecaram por relaxamento, ou em última análise, por omissão”, uma vez que a imprensa campo-grandense, em particular “o CORREIO DO ESTADO, jamais” deixou “sem observação a falta de higiene em bares, restaurantes, lanchonetes, açougues e outros estabelecimentos da terra.”

“Em diversas oportunidades” falou-se “diretamente ao pessoal da Secretaria de Saúde e da Unidade Sanitária, e todos fizeram ouvidos moucos e deixaram “como está para ver como fica”. Em razão da atitude das autoridades públicas “de não dar à imprensa a devida importância

nem levá-la em consideração, sobrou para as autoridades sanitárias o vexame de serem acusadas publicamente pelos agentes da SUNAB.”

De acordo com o CE, os funcionários federais atribuíram indiretamente a “desídia e falta de cuidados com a saúde pública” aos fiscais estaduais e municipais, “já que eles permitiram que houvesse sujeira e falta de higiene em muitas casas onde a população tomava refeições e fazia lanches, sem se falar dos açougues onde a carne verde⁷ destinada ao consumo foi pilhada pela SUNAB coberta de moscas e de onde saía embrulhada em jornal velho.”

Essa “advertência oficial”, na avaliação do CE, amargurou “muito funcionário municipal e estadual.” A cidade soube, “por uma fonte oficial”, que os responsáveis por esse trabalho não cumpriam “com os seus deveres” e nem zelavam “pela saúde da população” que pagava impostos, garantindo-lhes os vencimentos que o Município e o Estado lhes pagavam para que mantivessem “a cidade e os estabelecimentos dentro de certo rigor de higiene. Que o lamentável episódio lhes sirva de lição” (CE, 19/05/1969, p. 2).

Conforme indicam as matérias veiculadas no jornal, os problemas desta ordem avolumaram-se na década de 1970. Instituído na gestão do prefeito Plínio Barbosa Martins, o Código de Polícia Administrativa, de 1967, que deveria ser o “manual de cabeceira” das “autoridades municipais em geral”, e que “foi impresso em folheto, cômodo, fácil de ser manuseado, em formato de bolso”, não tinha os seus preceitos colocados em prática. Campo Grande, que deveria ser uma “cidade limpa, higiênica, saudável”, só consegue ser “isso que aí está, onde os mais simples [...] princípios de higiene não” são “observados” (CAMPO GRANDE. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967*; CE, 10/06/1970, p. 2).

Ao não respeitarem as exigências do Código de Polícia Administrativa, que eram “mínimas e fáceis de serem observadas”, a população e a cidade de Campo Grande arcaram, no entender do impresso, com as consequências desse desleixo praticado em ambientes diversos, “cuja maioria” estava “abaixo de qualquer crítica.” A população vivia “sob ameaça de ser assolada por verdadeiras epidemias.” Já a cidade, com esse padrão de higiene, afastava visitantes e investimentos.

No período de aproximadamente uma semana, foram registrados dois casos impactantes: “um cidadão encontrou um PREGO dentro do pão que comia” e “outro cidadão encontrou um DENTE HUMANO na bisnaga que adquiriu na padaria.” Também era comum “a venda de LEITE DETERIORADO.” Havia “revendedores inescrupulosos” que adquiriam o

⁷ Em referência à carne não salgada de reses recém abatidas e logo comercializadas. Também sinônimo de carne vendida nos açougues.

produto em laticínio, no entanto, armazenavam inadequadamente o produto, deixando-o “azedar no seu estabelecimento” (CE, 10/06/1970, p. 2; CE, 29/09/1971, p. 7).

Em agosto de 1971, estiveram em Campo Grande “uns rapazes de outras terras” que pretendiam “colocar na praça determinada marca de cachaça.” Depois de percorrerem a urbe e terem contato com os revendedores – em geral donos de bares, botecos, churrascarias e restaurantes –, os jovens “declaram-se admirados com a falta de limpeza em tais estabelecimentos, e chegaram mesmo a considerar que a falta de limpeza os tornava indignos de vender a cachaça, por eles considerada coisa fina.” Segundo o CE, a

[...] observação dos representantes da tal cachaça, não resta dúvida, foi uma lavada em nossas autoridades sanitárias, porque é a estas que compete impor higiene e limpeza nos locais freqüentados pelo público, principalmente nos locais onde fazemos refeições, tomamos um lanche ou servimos uma bebida qualquer (CE, 13/08/1971, p. 2).

O impresso valeu-se também de uma linguagem mais enfática para criticar o poder público, não poupando a utilização de adjetivos depreciativos para qualificar o desempenho dos que em sua concepção deveriam manter a cidade limpa e higienizada, já que “higiene e saúde” eram “quase antídoto para muitas enfermidades” (Ibidem). A Secretaria Municipal de Saúde, por exemplo, foi descrita como uma instituição “incrivelmente inepta” e que atuava de forma “deplorável”, servindo apenas de “mera figura decorativa” no cenário administrativo municipal. Na existência de problema, a Secretaria “torce o nariz e fecha os olhos.” O “horário integral” de trabalho do secretário Fernando Higa, por sua vez, não ultrapassava “duas horas diárias.” Esse período de atuação, no entender do CE, não justificava o salário que o secretário recebia. Além disso, colocava “em dúvida a sua real capacidade para o setor” (CE, 17/01/1977, p. 7).

Consideramos ainda o que periódico CE atuou, via poder das letras, de forma política no cotidiano da urbe. Utilizou-se o jornal para propagar valores, projetos, anseios e modos de viver em sociedade, formas de agir e reagir diante de determinados acontecimentos. Uma passagem que exemplifica essa situação ocorreu no mês de janeiro de 1977. Três dias depois de ter denunciado a presença de “quiosques imundos” nas proximidades da Estação Rodoviária Laburu, e ter cobrado providências da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao fato, o CE noticiou, em 20 de janeiro de 1977, a saída definitiva dos trabalhadores antes fixados no local.

O secretário Fernando Higa, que também era médico, declarou ao impresso que não foi preciso utilizar “a força. Mostramos a todos, que eles não estariam fazendo nada de mais, além de prestar um serviço à cidade, saindo dali e procurando estabelecer-se num local adequado.” Segundo Higa, já havia “uma proliferação no local: os usuários traziam para a venda ao público,

além dos doces e salgados, bolsas e outros artefatos, cujas vendas só seriam possíveis num estabelecimento devidamente reconhecido.” E continuou: “Analisamos bem o problema e passamos a agir à altura. [...] Ademais, o local ia se transformando num péssimo cartão de visitas da cidade” (CE, 20/01/1977, p. 5).

O interesse do CE em publicar esse tipo de matéria era, no mínimo, triplo. Primeiro, o poder público mostrou que atuava em conformidade com os projetos defendidos pelo jornal; segundo, o combate aos ambulantes representava uma vitória sobre o chamado comércio ilegal e informal que, no entender da elite comercial, prejudicava diretamente as vendas dos anunciantes do próprio CE e; terceiro, banir os quiosques da cidade significava tornar o espaço da urbe higienicamente mais adequado, uma vez que estes materiais e os ambulantes, caso ainda se fizessem presentes, poderiam indicar aos visitantes que a cidade não seguia os padrões higiênicos vistos, à época, como aceitáveis.

E quanto ao destino destes ambulantes? Pelo que foi veiculado na matéria do CE, o rumo tomado por estes sujeitos não tinha tanta importância. O subtítulo do referido texto ilustra muito bem esta situação. Conforme publicado: “Simplesmente sumiram.”

O secretário de Saúde desconhece que rumo tomaram os comerciantes clandestinos. [...] A ação de orientação e de retirada dos donos dos quiosques e barraquinhas, foi comandada pelo fiscal-chefe de Saúde Pública, Hélio da Silva. O “stand” de tiro ao alvo ainda ocupa uma das áreas em frente a Estação Rodoviária. O que antes apresentava um quadro lamentável para Campo Grande, agora, modificou-se. Na área desocupada só existe terra-preta e um pouco de sujeira (Ibidem).

A eliminação dessa cidade, não raro vista e descrita como um “péssimo cartão de visitas”, não ocorreu a contento. Isto era particularmente visível quando a fiscalização não estava presente na Estação Rodoviária, pois no dia seguinte à retirada dos quiosques e das barraquinhas, havia na área de terra-preta “uma carroça, um carrinho de pipoca e uma ambulante” (Ibidem).

Constata-se que o “sumiço” dos trabalhadores intencional e planejado, bem como erigido em razão das circunstâncias com as quais eles se deparavam. Dependendo da ação das autoridades, os ambulantes ocupavam um ou outro espaço. Na realidade, o trabalho desses sujeitos ocorria de forma contínua na cidade: apenas o espaço físico é que variava. Podemos dizer que na mesma intensidade em que as leis eram postas em prática, ou mais especificamente que as autoridades tentavam cumpri-las, as desterritorializações e as reterritorializações também se faziam presentes na cidade.

Considerações finais

Entendemos que as ações antes narradas mostram uma parte do trabalho jornalístico desenvolvido no periódico *Correio do Estado*, com ênfase para a sua atuação sobre a cidade de Campo Grande e os seus habitantes menos abastados. Indicam também as afinidades do jornal com alguns grupos citadinos da elite, pois o CE atuou na defesa dos interesses de determinados comerciantes, parte dos quais possuíam estabelecimentos comerciais no centro da urbe e, às vezes, também anunciavam os seus produtos e serviços nas páginas do jornal *Correio do Estado*.

O estudo destes registros desvela igualmente o labor político e ideológico dos integrantes ao produzirem o impresso nessa época, anos 1960-70. Conforme indicam algumas matérias apresentadas no CE, em razão da falta de ação do poder público, o poder privado tinha de atuar a fim de garantir a manutenção ou a melhoria das condições existentes na cidade, a qual se queria, cada vez mais, “moderna, civilizada e ordeira”, expressões difundidas em demasia nos textos deste periódico.

Ainda que a seleção tenha sido de assuntos variados acerca da campanha da higiene deflagrada nos anos 1960-70, a análise deste conjunto nos mostra em linhas gerais a propositura do periódico sobre esta configuração histórica. O CE intentou realizar uma chamada pública de atenção aos poderes constituídos e à sociedade. Este impresso posicionou-se como o orientador-maior da cidade e das práticas que nela poderiam, ou não, ser realizadas. Entretanto, não obteve êxito em todas as lutas.

O jornal mostrou o que era possível e aceitável de ser realizado no espaço urbano-citadino e o que não deveria estar presente neste local, visto que também funcionava como uma vitrina do que de “melhor” havia no sul de Mato Grosso, território que há décadas pleiteava outra condição política. Ao mesmo tempo, alguns fragmentos nos mostram uma cidade multifacetada, de cotidiano rico em tensões e conflitos, culturas, experiências e vivências. Nos textos do CE, as várias facetas se erigem conforme os interesses em pauta.

Sendo assim, quando interessava ao impresso, podia-se ver uma determinada cidade. Quando os anseios eram outros, aparecia também uma outra Campo Grande a ser vista e apreciada, tanto nos itens depreciativos quanto nos seus predicados mais nobres, este não trabalhado neste artigo. Justamente por causa dessa postura, deve-se ressaltar que este periódico não foi apenas um partido político. Pensamos que é melhor concebê-lo como um partido ideológico na acepção gramsciana do termo, pois este constitui e também é constituidor do social no sentido de ser uma força ativa da sociedade.

Referências bibliográficas

ARQUIVO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO. Campo Grande-MS (Brasil). Diversas edições, décadas 1960-70. A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, 21 out. 1966, p. 1; A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, 22 nov. 1966, p. 1; A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, 28 nov. 1966, p. 1; Bares e restaurantes da cidade precisam de mais higiene. *CE*, Campo Grande, 29 set. 1971, p. 7; Barracas e quiosques imundos desafiam a Secretaria de Saúde. *CE*, Campo Grande, 17 jan. 1977, p. 7; Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, 21 maio 1966, p. 1; Campo Grande: cidade sem higiene! *CE*, Campo Grande, 21 nov. 1966, p. 1; Campo Grande precisa de higiene. *CE*, Campo Grande, 28 jun. 1967, p. 6; Cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, 16 mar. 1967, p. 2; Entrega de pães: falta absoluta de higiene. *CE*, Campo Grande, 4 set. 1963, p. 1; Estado e Prefeitura em campanha sanitária. *CE*, Campo Grande, 13 jul. 1967, p. 5; Higiene: Associação Médica coloca-se à disposição das autoridades sanitárias. *CE*, Campo Grande, 29 nov. 1966, p. 1; Higiene: caldo de cana, refrescos... *CE*, Campo Grande, 31 dez. 1966, p. 6; Higiene em bares e restaurantes. *CE*, Campo Grande, 10 jun. 1970, p. 2; População clama por higiene. *CE*, Campo Grande, 22 nov. 1966, p. 1; Questões de higiene. *CE*, Campo Grande, 13 ago. 1971, p. 2; Saúde acabou com a “feirinha da sujeira”. *CE*, Campo Grande, 20 jan. 1977, p. 5; SUNAB condena falta de higiene na cidade. *CE*, Campo Grande, 19 maio 1969, p. 2.

BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14-37.

BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999. p. 237-254.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967*. Institui o Código de Polícia Administrativa do Município.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). *Perfil de Campo Grande*. Campo Grande: PLANURB, 1988.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, História e Imprensa, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

_____. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE); Setor de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI/MS). *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991*;

contagem da população 1996 e Censo 2000. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975, v. 2.

HOBBSAWM, Eric. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 18-33.

KRANTZ, Frederick. George Rudé e “A outra história”. In: _____ (Org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 10-15.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

MORO, Nataniél Dal. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

_____. *O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Nacional, 2001.

RODRIGUES, Elisandra Padilha. *Histórico dos 70 anos da Associação Comercial de Campo Grande*. 1996. 26 f. + anexos. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Curso de Graduação em História, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 1996.

RODRIGUES, José Barbosa. Correio do Estado: histórico. *ARCA: Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*, Os meios de comunicação em Campo Grande, Campo Grande, Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte, p. 15-16, jan. 1990.

_____. Entrevista. In: ROSA, Maria da Glória Sá. *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande, cem anos de história*. Campo Grande: FUNCESP, 1999. p. 94-107.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Maria Madalena. *O problema social do favelado*: causas do problema social da favela da Vila Nhandá de Campo Grande. 1981. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande, 1981.

ARTIGO ENVIADO EM: 17/04/2016
ARTIGO ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 06/06/2016